

Dívida Pública

FINANÇAS

Cai participação dos títulos cambiais na dívida

Nível está em 28,1%, o mais baixo desde 2001; dívida total, porém, sobe para R\$ 695,9 bi

RENATO ANDRADE
e ADRIANA FERNANDES

BRASÍLIA – A parcela da dívida pública corrigida pelo dólar caiu de 28,55% em julho para 28,1% no mês passado, atingindo o nível mais baixo desde julho de 2001, quando os papéis atrelados ao câmbio respondiam por 27,76% do débito em títulos do governo federal. A participação desses papéis caiu significativamente nos últimos 12 meses – em setembro de 2002, os títulos cambiais bateram no teto de 40,67% do total. A dívida total, porém, fechou agosto em R\$ 695,95 bilhões, uma alta de 0,9% em relação aos R\$ 689,99 bilhões registrados no mês anterior.

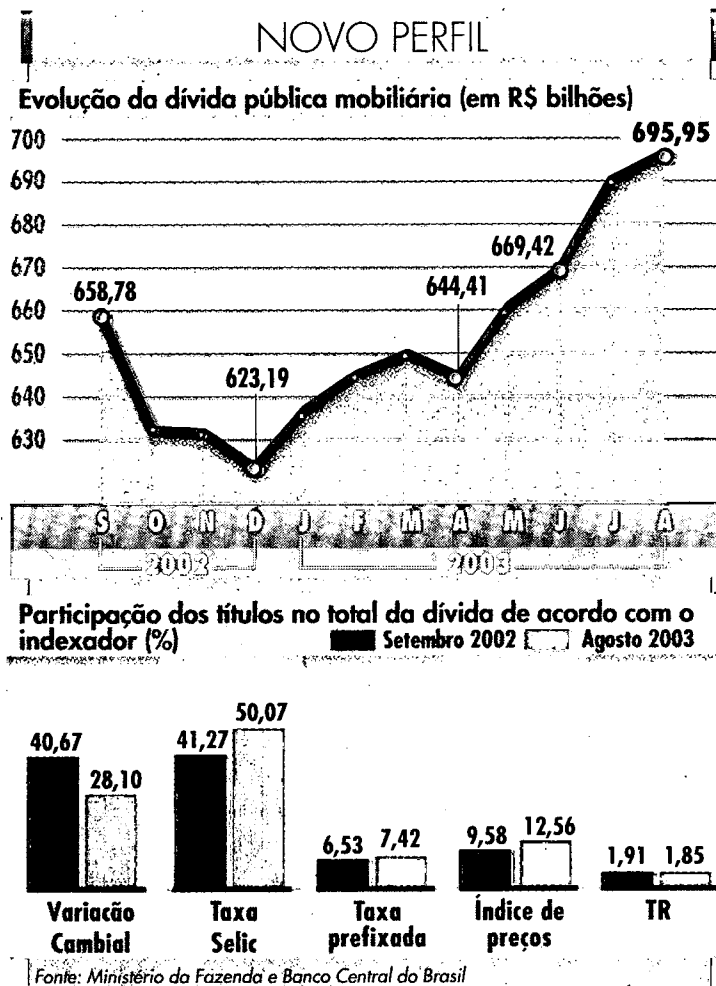
Para o chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab) do Banco Central, Sérgio Goldenstein, a redução da dívida cambial deve continuar. A expectativa é de que esses débitos fechem setembro correspondendo a 27% do estoque da dívida. “É provável que essa exposição continue caindo por causa dos resgates (de ins-

trumentos cambiais) e pela valorização do real”, argumentou Goldenstein. A estratégia definida pelo BC é diminuir, gradativamente, a participação desses débitos no estoque da dívida federal.

O mecanismo utilizado pelo BC para redução dessa dívida é a renovação parcial dos débitos. Em setembro, por exemplo, o governo renovou apenas 49,8% das dívidas cambiais previstas para o mês. No consolidado do ano, o Banco Central só renovou 85% dos débitos cambiais que venceram entre janeiro e setembro. Pelo cronograma do Tesouro, vencerão US\$ 8,896 bilhões em débitos atrelados ao dólar no último trimestre do ano.

O aumento de R\$ 5,96 bilhões no estoque da dívida em agosto foi puxado pela correção dos juros que incidem sobre os débitos do governo, o que fez com que a dívida praticamente alcançasse os R\$ 700 bilhões. Essa variação acabou sendo maior do que a soma de todos os demais elementos que contribuíram para a contenção da dívida, como a queda da taxa Selic de 24,5% ao ano para 22% no mês e o cancelamento de R\$ 4,067 bilhões em títulos que estavam no mercado.

Esse resgate de R\$ 4,067 bilhões foi puxado pela decisão



do Tesouro de não realizar leilões na primeira semana do mês, quando a reforma da Previdência foi votada na Câmara

dos Deputados. “No primeiro semestre todo tivemos emissões líquidas. Com a perspectiva de votação da reforma na

primeira semana de agosto, e com um caixa recomposto, decidimos não realizar o leilão, o que gerou o resgate líquido”, explicou Valle. O trabalho de melhora do perfil da dívida continua em setembro, mas o mês deverá fechar com uma pequena emissão líquida, segundo revelou Valle.

Segundo o coordenador geral de Administração da Dívida Pública do Tesouro, Paulo Valle, grosso modo, cada ponto porcentual de redução da Selic corresponde a uma economia de R\$ 3,5 bilhões no endividamento num período de 12 meses. Com isso, por esse cálculo, a redução dos juros em agosto, de 2,5 pontos porcentuais, representaria uma economia de cerca R\$ 8,75 bilhões em um ano. O corte de 2 pontos ocorrida neste mês significa um alívio de R\$ 7 bilhões.

O trabalho contínuo do Tesouro para melhorar o perfil da dívida mobiliária também gerou efeitos em agosto. A partici-

pação de títulos com correção prefixada subiu de 6,31% para 7,42% no mês passado. A maior participação desse tipo de papel na dívida do governo garante maior tranquilidade para a administração dos débitos, uma vez que o Tesouro, quando vende esse papel aos bancos, já sabe de antemão quanto terá de pagar no vencimento dos títulos. Em contrapartida, a participação dos papéis com rentabilidade pós-fixada caiu de 50,65% para 50,07% no período.

Apesar do aspecto positivo, o aumento na participação dos títulos prefixados gerou um efeito

negativo, que foi a elevação dos vencimentos de curto prazo. Dos R\$ 695,95 bilhões em débitos mobiliários, 32,5% vencerão nos próximos 12 meses. Até julho, a dívida de curto prazo correspondia a 31,6% do estoque. O prazo médio da dívida ficou praticamente estável, caindo de 31,8 meses para 31,4 meses, entre julho e agosto.

A exposição deve continuar caindo por causa dos resgates (de instrumentos cambiais) e pela valorização do real

Sérgio Goldenstein, do BC